

**(PRÉ) TEXTOS E CONTEXTOS:
Media, Periferia e Racialização**

**(PRE) TEXTS AND CONTEXTS:
Media, Periphery and Racialization**

Ana Rita Alves*

Resumo

O colonialismo inaugurou um conjunto de processos de racialização que se consolidaram, até à actualidade, numa relação estreita com noções de espaço, confinamento e segregação. Tendo como espaço etnográfico a cidade de Lisboa, este artigo procurará analisar o papel do discurso mediático na produção e fixação dos bairros (autoconstruídos e de realojamento) como espaços essencialmente racializados e descontínuos do restante tecido urbano. Embora se tratem de estruturas formalmente distintas, a sua história encontra-se profundamente relacionada no imaginário da nação, devido às políticas e aos discursos públicos que os constituiu como a periferia material e simbólica da cidade. Se inicialmente, os bairros autoconstruídos representaram a única solução habitacional para muitos dos imigrantes que chegavam a Portugal dos antigos espaços coloniais, então independentes; posteriormente, através da implementação do Programa Especial de Realojamento, tomaram forma bairros de iniciativa estatal ainda mais segregados que os primeiros. Uma análise atenta a fragmentos do discurso mediático permitirá entender de que forma a periferia foi sendo constituída no imaginário público como espaço racializado, ilegal e à margem da restante sociedade. Neste artigo, procurar-se-á entender de que forma este processo de racialização parece ter conduzido a processos relacionados de desumanização dos habitantes, contribuindo para a existência de vidas “*não choráveis*” nos *bairros* e naturalizando o controlo e a repressão Estatais em determinadas latitudes da periferia, perante uma indiferença generalizada do resto da sociedade.

Palavras-chave: Media. Bairros. Racialização. Desumanização.

Abstract

Since colonial times, processes of racialization have been constructed in a close relationship with notions of space, confinement and segregation. Having Lisbon as ethnographic terrain, I will draw upon media discourse, namely regarding the so-called bairros (self-constructed neighborhoods and public housing quarters), in order to deepen the analysis. It is to be noted that even though these are totally different structures, the story of the bairros is deeply link through public policies and discourses, which constitute the both of them as the material and symbolic periphery of the city in the national imaginary. At first, the

* Doutoranda no Programa “Human Rights in Contemporary Societies” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), Portugal. E-mail: alves.ritalopes@gmail.com

self-constructed neighborhoods in the outskirts of the city represented the only housing solution for the migrants that came from the former colonies; latter on, through the Special Rehousing Program, public housing quarters, even more segregated than the first ones, took shape. Drawing on media news and discourses, I'll argue that the periphery has been constructed in the public imaginary as a racialized and illegal space at the margins of society. More, these institutionalized processes of racialization had led to corresponding processes of dehumanization, which seem to have enabled the existence of ungrievable lives in the bairros that are unevenly subjected to States control and repression, before a comprehensive social and political indifference.

Keywords: Media; Bairros; Racialization; Dehumanization

Introdução

Lisboa é uma cidade imperial edificada a partir de processos históricos demorados de violência e espoliação. Percorrer as ruas do centro da cidade significa, por isso mesmo, contemplar o silêncio ensurdecido do império, mimetizado num espólio interminável de monumentos e igrejas, ruas e praças, pinturas e objectos que veiculam, em conjunto com os discursos historiográficos dominantes, uma narrativa particular e articulada sobre o passado colonial. Essa narrativa *lusotropicalista*, que narra uma suposta excepcionalidade do *Modo Português de Estar no Mundo* (CASTELO, 1998), tende a silenciar e a naturalizar os processos de violência do processo colonial sublinhando ideias como *pioneirismo* e *contacto*. Essencial à mesma subjaz o pressuposto de que a base e a especificidade do colonialismo português residiu no estabelecimento de *boas relações raciais* entre colonizadores e colonizados e de que estas persistiram no tempo, dando origem a um Estado-nação democrático, tolerante (ARAÚJO; MAESO, 2010) e ontologicamente intercultural. Estes discursos, por sua vez, têm vindo a impossibilitar a abertura de um debate público sobre a persistência do racismo institucional (ARAÚJO; MAESO, 2010) enquanto mecanismo de exclusão no acesso a recursos e direitos por parte daqueles que foram constituídos como os sujeitos racializados da modernidade ocidental (i.e. populações negras, ciganas e migrantes). Neste sentido, a *quasi* ubiquidade do acervo discursivo e museológico da nação encontra-se profundamente implicada com a forma de produzir Portugal (VALE DE ALMEIDA, 2006), atestando como certa concepção do mundo pode suplantar factos históricos (TROUILLOT, 1995) contribuindo, deste modo, para o silenciamento e a persistência de *governamentalidades racializadas* (HESSE, 2004) na contemporaneidade.

Impressas nas mais diversas formas e latitudes do Estado-nação Moderno, persistem, portanto, as *ruínas do império* (STOLER, 2008), recordando que, tal como enunciado por Anibal Quijano (2000, p. 533), “o modelo de poder que é hoje globalmente hegemónico pressupõe um elemento de colonialidade”. Deste modo, a modernidade ocidental pode entender-se enquanto um produto colonial (DUSSEL, 1993), reproduzida a partir de uma tensão permanente entre noções de *centro metropolitano/civilizado* e *espaço colonizado/bárbaro*, profundamente implicada com o estabelecimento de relações de alteridade – dialéticas e hierárquicas – com o ‘outro’, leia-se ‘não europeu’ (DUSSEL, 1993). Como tal, se olharmos,

uma vez mais, para a cidade e a entendermos como repositório das *geografias do capital* (HARVEY, 2010), entendemos de que forma o espaço urbano pode ser pensado enquanto síntese do passado e palco, por excelência, das expectativas da nação. A cidade configura-se, desta forma, como uma espécie de montra¹ de coexistências que reproduz um conjunto de distinções invisíveis, tal como a distinção radical do *pensamento abissal moderno* entre sociedades metropolitanas e territórios coloniais (SANTOS, 2007), mais como fronteira sociopolítica do que geografia apartada. Esta fronteira, enquanto distância, parece articular-se com a manutenção de noções racializadas de *Europeidade* e *não-Europeidade* (HESSE, 2007) que redesenham linhas radicais de não existência e exclusão, sob as quais inexistir “significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2007, p. 4). No decorrer da história das cidades, o apartamento e segregação de populações no espaço aparecem como uma constante, que materializa e evidencia os esboços de uma racionalidade racial no espaço, sublinhando a importância que o mesmo toma no estabelecimento, perpetuação e consolidação das relações de poder, ilustrando, assim, as incoerências de um discurso historiográfico hegemónico sobre o passado e o presente da nação. Estes ecos e silêncios são “eticamente marcados” e relacionam-se com “vectores imaginários” e “poderosos de pensamento e categorização racial” amplamente vinculados com “técnicas de governação, mapeamento e categorização de populações” que se baseiam em “léxicos ostensivamente objectivos e carregados de valor sobre ‘raça’ e urbanismo” (KEITH, 2002, p. 324):

A ausência pode ser uma força de racialização tão poderosa quanto a presença. Como tal, o racismo pode funcionar, por vezes, através de um processo de substituição, um encadeamento de frases e termos que encerram significados racistas sem, no entanto, referências específicas a crenças racistas (KEITH, 2002, p. 330).

É deste modo que também o discurso (racializado) se revela essencial à produção e organização do espaço como categoria de pensamento (GOLDBERG, 1993a) tornando necessário perceber quais as suas implicações “na localização espacial e conseqüente marginalização de grupos de pessoas constituídas como ‘raças’” (GOLDBERG, 1993b, p. 46), notando de que forma as práticas de representação criam os seus próprios sujeitos (KEITH, 2002, p. 325), fazendo da cidade um produto das tecnologias de representação e um teatro para as suas práticas (KEITH, 2002, p. 325).

Tendo como palco a cidade de Lisboa, este artigo procurará analisar de que forma o discurso dos media tem concorrido para um processo de racialização do espaço e dos corpos que nele habitam, através de uma relação estreita com noções de território e confinamento, recriando uma tensão antagonista permanente entre centro e periferia. Procurar-se-á perceber também de que forma estes discursos

¹ [N.R.] Exclusivamente no Brasil utiliza-se o termo vitrine em lugar de montra.

têm contribuído para uma desumanização dos habitantes dos *bairros* através do estabelecimento de uma relação comprometida entre lugar e (valor de) existência. Tal, ao que tudo indica, tem vindo a naturalizar o controlo e a repressão estatais em determinadas latitudes da periferia, perante uma indiferença generalizada do resto da sociedade. Neste sentido, os *bairros* – sejam eles autoconstruídos ou de iniciativa estatal – parecem resumir “a solução dominante para o problema de como conter aquilo que se quer excluir ou erradicar, mas sem o qual não se consegue viver” (BERNASCONI, 2002, p. 336, tradução nossa), uma forma de *gestão dos indesejados* (AGIER, 2011). Deste modo, mais do que uma interrupção ou um facto, os *bairros* e os discursos sobre eles produzidos são um sintoma (DU BOIS, 1899: 6) que concretiza um “encadeamento de mecanismos de controlo etno-racial fundado na história e materializado na geografia da cidade” (WACQUANT, 2008, p. 3, tradução nossa).

Argumentando que os media assumem um papel cabal na produção de conhecimento e criação de *consenso social* (VAN DIJK, 1996), procurar-se-á entender o seu contributo no estabelecimento dos termos do debate sobre os *bairros* da periferia de Lisboa. No entanto, considerando a extensão do papel impresso, e na impossibilidade de mapear tão longa discussão, estabeleceram-se algumas janelas de tempo. O presente texto atentar-se-á, em particular, a uma breve compilação de artigos de jornal que datam da década de 1990 e que enfatizam o reconhecimento da periferia e o começo da implementação do mais ambicioso plano de realojamento do Estado Português, no pós-25 de Abril². Contudo, com vista a estabelecer um fio condutor que nos permita desvelar o estado das representações mediáticas na actualidade, a análise deter-se-á também em algumas notícias compiladas nas décadas que lhe sucederam. Sublinhe-se que a análise dos artigos se pautou essencialmente por uma leitura crítica do discurso, atentando ao enquadramento mediático dado a determinados acontecimentos e temáticas, a partir de um diálogo constante com os Estudos Críticos da ‘Raça’ e do Racismo. No decorrer das páginas que agora se seguem, algumas delas baseadas na etnografia que realizei na periferia de Lisboa, nomeadamente no Bairro de Santa Filomena (2012-2013), procurarei mapear a história e o (des)aparecimento da periferia material e simbólica da cidade, enquanto uma “cacofonia de expressões individuais compreendidas numa narrativa mais ampla de segregação e insurgência” (HOLSTON, 2008, p. 168). Posteriormente, centrar-me-ei na análise da produção do discurso mediático sublinhando que, embora muitas vezes crítico, este parece ter concorrido para um processo de racialização do espaço e dos seus moradores, fixando uma *determinada* imagem sobre a periferia da cidade de Lisboa no imaginário da nação.

² Esta análise foi realizada a propósito de uma compilação de artigos da imprensa escrita seleccionados nos arquivos do Movimento SOS Racismo, da Associação Guineense de Solidariedade Social, da Hemeroteca Municipal, bem como no meu arquivo pessoal.

Para uma breve história dos *bairros*: da autoconstrução ao realojamento

A história dos *bairros* da periferia da cidade de Lisboa é uma das inúmeras histórias da democracia portuguesa. É a história de muitos homens e mulheres que, nas últimas décadas do século passado, por motivos variados mas contingentes, migraram do continente ou das ilhas dos antigos espaços colonizados – então independentes – rumo a Portugal. Um país que se modernizava, que se urbanizava e que exteriorizava uma necessidade de mão de obra que elevasse pontes, torres, centros comerciais, que desenhasse estradas e outras obras semelhantes. Essas construções, fruto de pequenos e grandes eventos que aconteciam no país³, foram ditando a geografia de uma cidade onde cresciam centros formais e periferias informais que se expandiam e redesenhavam organicamente os seus contornos (COSTA, 1993). A edificação destes espaços autoconstruídos na periferia da cidade⁴ é consequência de um racismo institucional que se materializava numa precariedade laboral obtusa, na dificuldade de acesso à documentação, ao crédito, à habitação e à habitação social, assim como ao mercado de arrendamento privado (MALHEIROS; FONSECA, 2011), corolário de um racismo quotidiano (ESSED, 2002), que marca ontologicamente a experiência de populações imigrantes, negras e ciganas na sociedade portuguesa.

Ao chegarem, muitos dos imigrantes encontravam nos casebres e nos estaleiros das empresas de construção para as quais trabalhavam uma solução habitacional temporária. Não obstante, conta-se que era muitas vezes por ali ou por meio de amigos e familiares que se tomava conhecimento de que algures nas franjas da cidade, entre a Amadora e Cascais, Sacavém ou o Seixal, se poderiam adquirir terrenos ou habitações a preços razoáveis. Às vezes, pequenas moradias de alvenaria, outras, apartamentos delineados a partir de um conjunto de alicerces abandonados, as habitações foram dando forma a pequenos bairros de autoconstrução aos quais, aos poucos, e pelo esforço dos seus moradores, chegou água e luz. Contudo, a ênfase na ilegalidade e na clandestinidade das ocupações e das construções foi enunciada à exaustão pelo discurso público, o que contribuiu para negligenciar determinadas latitudes da história dessa mesma periferia, embora em muitas destas situações o Estado viesse a reconhecer uma *certa legalidade* das habitações, quando delas cobrou o respectivo Imposto sobre Imóvel (IMI). De resto, o crescimento de lugares como o Bairro do Alto da Cova da Moura (Amadora), o Bairro das Marianas (Cascais) ou o Bairro da Jamaica (Seixal) não permitia que as autoridades ignorassem um fenómeno que ilustrava de forma paradigmática a situação de carência habitacional vivida no país, em particular pelas pessoas que, depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, imigravam para Lisboa.

O tempo foi passando e ali nasceram e cresceram os filhos de Abril. Casaram-se pais e filhos, nasceram netos e, aos poucos, reorganizaram-se as casas para os albergar. Outras pessoas houve que saíram do bairro ou que emigraram. Contudo,

3 Como a Exposição Mundial de 1998.

4 Que se somaram a todo um conjunto de outros bairros autoconstruídos já existentes.

um conjunto de acontecimentos mantinha abertas as rotas da (pós)colonialidade, e as rotas percorridas pelos barcos, que um dia transportaram escravos, eram hoje as mesmas que traziam, via área, os imigrantes, a mão de obra. Esta continuidade contribuiu para que algumas das casas que se iam desocupando nos *bairros* fossem preenchidas por quem chegava, num fluxo que se fez sentir até hoje. Como tal, aqueles que então imigravam conheciam um país formalmente diferente, mas onde as práticas de discriminação eram tão substanciais como no passado recente, impondo que se recorresse às mesmas estratégias um dia encontradas por outros. Em comum pareciam ter o facto de serem negros, imigrantes ou portugueses filhos de imigrantes, que viviam em espaços construídos na continuidade e consequência da cidade, mas que começam a ser vistos material e simbolicamente como descontínuos. Tal acontece, em parte, através da difusão e consolidação de uma narrativa mediática que descreve os *bairros* como espaços de exclusão e criminalidade, espaços à margem do resto da sociedade e, por isso mesmo, fora do escrutínio e controlo das autoridades, o que rapidamente conduziu à conclusão que a única solução possível seria a sua extinção.

O adensar do debate público sobre a periferia da cidade remonta à década de 1990 e é contemporâneo à criação do Programa Especial de Realojamento (PER)⁵. Este programa tinha como principal objectivo alterar de forma radical o desenho das periferias de Lisboa e Porto, e para tal propunha *erradicar os bairros de barracas* e realojar *todos* os seus moradores em habitação social. O sentido de urgência impresso no texto legal e na quantia avultada destinada à execução do PER parecia privilegiar dois objectivos principais: i) suprimir as carências habitacionais de milhares de agregados familiares que habitavam em “barracas”; ii) promover a *erradicação* dos “bairros de barracas” e contribuir para uma *limpeza da imagem das metrópoles*, numa altura em que o número de barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto se estimava entre 16 e 20 mil⁶. No entanto, passados mais de 20 anos da promulgação do PER, aquela que é considerada a política pública de habitação mais ambiciosa do Portugal democrático não só continua por cumprir, como as exclusões e demolições no âmbito da mesma deixaram já sem casa um imensurável número de pessoas e famílias. Não obstante, moradores houve que viram as suas habitações serem demolidas pela permuta de habitações de renda controlada em bairros de realojamento construídos pelo Estado. Argumenta-se que a solução encontrada pelas municipalidades, que correspondeu maioritariamente à construção de *grandes edifícios*, reconhecidos hoje como *bairros sociais*, correspondeu à reconstrução de “pequenos guetos nos subúrbios das áreas metropolitanas” (CACHADO, 2012, p. 148) e restabeleceu, uma vez mais, as fronteiras físicas e imaginárias entre o *centro* e a *sua periferia*, testemunhando a forma como as políticas de assistência podem significar simultaneamente formas de controlo sobre aqueles que delas se beneficiam (AGIER, 2011). É também deste modo que, embora os *bairros de autoconstrução* e os *bairros de realojamento* sejam estruturas formalmente diferentes, a sua história

5 Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio.

6 Cf. A CAPITAL, 1993.

se encontra profundamente relacionada, uma vez que a combinação das políticas urbanas e do discurso público parece ter concorrido para a essencialização dos *bairros* como a periferia material e simbólica da cidade, no imaginário da *nação*. É este o sentido que se procurará mapear e analisar. Para tal, encetar-se-á uma análise atenta de fragmentos do discurso mediático, da década de 1990 até à contemporaneidade, por forma a perceber os termos deste debate.

Para inventar de vez a periferia: do reconhecimento à racialização

A década de 1990 representa a inauguração de um debate localizado que reconhece a existência de uma periferia, em particular, nos arredores da cidade de Lisboa. Este recorte foi definitivamente inaugurado com a II Presidência Aberta de Mário Soares, quando, nos últimos dias do mês de janeiro de 1993, o então Presidente da República Portuguesa visita, entre outros espaços periféricos, Camarate (Loures) (CASTELO, 1993) – deixando ao país vislumbrar fragmentos do processo de despejo que ocorria no *Lar Panorâmico de Camarate*, uma realidade de dezenas de pessoas que dormiam na rua e às quais não tinha sido dada qualquer solução habitacional. Amplamente difundidas pela comunicação social, as imagens desta visita conduzem a um *reconhecimento público* da existência da *periferia* desde logo como espaço de precariedade habitacional e exclusão social, lançando um debate público sobre cidade, habitação, alteridade:

Mário Soares iniciou pelo penúltimo dia de Janeiro uma Presidência Aberta na Grande Lisboa. Se existir isso a que se chama de “lisboeta médio” ele terá ficado assustado: a capital está sitiada por dezenas de “Camarates”, bairros de lata cheios de pretos, ciganos, marginais, vendedores de droga (PÚBLICO, 1993a).

Não obstante um conjunto de notícias mais antigas, relacionadas em grande medida com a imigração dita *africana* para Lisboa, mencionasse já a existência de espaços periféricos nos arredores da cidade, é sem dúvida com o início do PER – promulgado alguns meses após a II Presidência Aberta – que se vê definitivamente (re)aberto um debate sobre (direito a) habitação e que incidirá, numa primeira fase, nos *bairros autoconstruídos* pelos seus moradores. Assim, embora a discussão proliferasse já nos meios académico e associativo é, sem dúvida, com o envolvimento das esferas do poder central e autárquico por meio da iniciativa legislativa, que se abre um debate nos meios de comunicação social que inaugurará um conjunto de notícias, reportagens e artigos de opinião sobre a temática. São os termos deste último debate que se procurará aqui entender, desvelando a forma como os média contribuíram para a fixação de um determinado imaginário sobre os espaços periféricos da cidade de Lisboa, que reverberaria até ao presente.

De início, as peças jornalísticas pareciam preocupadas em localizar e entender a realidade dos *bairros*. Muitas vezes a propósito de estudos e recorrendo à opinião de académicos, os textos procuravam dar conta da realidade social, cultural, económica e demográfica dos *bairros* que então pontuavam a cintura da Área

Metropolitana de Lisboa (Amadora, Lisboa, Almada, Seixal, Moita, Loures, Oeiras e Sintra).

Nunca como agora se falou tanto da minoria africana em Portugal. Sucodem-se os seminários, os encontros académicos e, pela primeira vez, um representante da comunidade participa nas listas de um partido político às eleições legislativas. Paradoxalmente, a maioria continua a viver a ilegalidade, as condições precárias e a discriminação subtil ou descarada, da sociedade portuguesa (FERREIRA, 1991).

Estes textos, a princípio demorados na descrição do espaço, contavam muitas vezes também com a voz de activistas e moradores dos bairros. Contudo, as notícias pareciam já desenhar um determinado enquadramento que não consegue escapar àquilo que poderíamos denominar de um *reconhecimento eurocêntrico* da periferia, que, desde cedo, reactiva noções de *uropeidade* e *não europeidade*: “Hoje, quem percorra a pé a comprida Rua do Moinho, desde o lado branco ao lado negro do bairro, apercebe-se da existência de dois quarteirões. Um europeu, mais ordenado, outro definitivamente africano” (FERREIRA, 1991).

Intrínseca à caracterização do espaço passa a ser a caracterização das moradias, assim como dos seus habitantes. Neste sentido, a denominação dos bairros enquanto “bairros de lata” (GOMES, 1993) ou “bairros de barracas” (PÚBLICO, 1993b) parece sempre advir da classificação atribuída às habitações que aí existem, sintomaticamente adjectivadas como precárias, denominadas “barracas” (PAIXÃO, 1996), “construções degradadas e clandestinas” (DIONÍSIO, 1991). Por outro lado, quando descritos em função dos seus moradores, os *bairros* são classificados enquanto espaços de imigração – quase sempre clandestina e essencialmente africana – consequentemente apelidados como “ilhas negras” (CEREJO, 1993b) ou “guetos” (MIGUEL, 1993) testemunhando um processo de *racialização em curso* que se prolongaria até à contemporaneidade, através de discursos tanto escritos como iconográficos (MONTEIRO, 1995).

Além do mais, estes discursos reificam – pela estranheza, distância e desconfiança impressa na descrição da realidade – a ideia de que Portugal é um espaço ontologicamente homogéneo, uma comunidade histórica, cultural e racialmente (euro)imaginada:

Ao certo ninguém sabe quantos são os cidadãos de origem africana ou asiática residentes em Portugal. Globalmente com os mais de 20 mil ciganos nacionais, constituem as chamadas minorias étnicas e situar-se-ão entre as 200 e as 300 mil pessoas. Em comum têm o facto de ser diferentes da população autóctone portuguesa: na cor da pele, na cultura e muitas vezes na religião (CEREJO, 1993a).

Argumenta-se que este processo de *racialização* da imigração fez com que “o estatuto de migrante e a categorização racial se alinhassem” (SMITH, 1993, p. 129), podendo substituir-se um ao outro, reforçando-se mutuamente. Este processo

contribuiu para que a categoria “(i)migrante” se tornasse um eufemismo ou sinónimo de “negro”, concorrendo para um fenómeno que legitima a ideia de “raça”, utilizando a imigração como testemunho da diferença racial e contribuindo para que “problemas alicerçados no racismo branco, bem como a resistência negra que lhe corresponderia” (SMITH, 1993, p. 129) fossem definidos como consequência do projecto migratório. Este processo não só invisibiliza a matriz eurocêntrica e racista das sociedades ocidentais, como serve, muitas vezes, para justificar um conjunto de políticas que restringem a imigração em geral, e a de negros em particular (SMITH, 1993). É neste contexto que os atropelamentos aos direitos mais básicos, a exclusão a que uma grande parte da população se encontrava votada ou a violência estatal parecem não surtir qualquer comoção ou solidariedade por parte da sociedade maioritária, embora muitas das notícias tivessem um tom de denúncia.

Sublinhe-se que a vinda de pessoas dos países então independentes para Portugal e o facto de se terem estabelecido maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOFobia, 2003, p. 21) lançava, por esta altura, uma discussão pública que se centrava na questão migratória e essencialmente nos processos de regularização extraordinária de imigrantes, o que contribuiu para que “ser imigrante” cedo fosse entendido como “ser clandestino”. Deste modo e considerando que as franjas da cidade eram então habitadas pelos sujeitos racializados da modernidade, os *bairros* começaram também a ser descritos como espaços de *clandestinidade* e *transgressão*, uma síntese entre a forma de apropriação do espaço, a natureza das construções e a situação dos moradores, descritos de acordo com o seu suposto estatuto de “ilegais” (NEVES; FONSECA, 1993), como impresso no cabeçalho “Que fazer com os estrangeiros ilegais” (DIAS, 1993), entre outras notícias:

O Ministério da Administração Interna desmente tudo com veemência, mas a realidade é indesmentível: a polícia já começou a montar operações de caça aos imigrantes que não se legalizem, embora vá dizendo que as acções de identificação são apenas de prevenção contra a criminalidade (NUNES, 1993).

Na Damaia, na Buraca, em Carnaxide, Oeiras ou Setúbal, os bairros onde vivem os cabo-verdianos são idênticos e lá quase tudo é clandestino: habitações, endereços, números de portas e muitos, muitos moradores (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1996).

Esta narrativa contribuiu para a criação da ideia de *margem*, de que os *bairros* eram espaços descontínuos do resto da sociedade. Não obstante, essa descontinuidade/marginalidade é mais atribuída à *natureza* dos bairros do que aos processos de segregação residencial e exclusão económica subjacentes às realidades descritas e denunciadas pelos próprios jornalistas:

Filhas perversas destas urbanizações e exemplares, as barracas, sublocações, sobreocupação de alojamentos, construções degradadas e casas clandestinas que se espalharam, segundo a Câmara Municipal, por 236 bairros da Grande Lisboa. É um universo de centenas de milhares de pessoas que enchem a crónica

da sobrevivência rotineira, entre psicoses, solidão, violência, profissões não qualificadas ou o puro e simples desemprego, o roubo, a prostituição, a arte do desenrasca em espaços que sofrem a carência generalizada de infra-estruturas, equipamentos e a desertificação lúdica (DIONÍSIO, 1991).

Assim, estes discursos contribuem para o desenho dos *bairros* no lado de lá da fronteira da modernidade das cidades europeias. Comparados ora a “aldeias africanas”(MONTEIRO, 1995), ora a outros espaços nacionais (africanos), os *bairros* são constituídos como espaços desarticulados com o resto da cidade ou mesmo do país, mediante o traçado constante de uma *linha abissal* que divide a realidade social em dois lados distintos (SANTOS, 2007, p. 10), em que o *outro lado da linha* é constituído como um universo “que se estende para além da legalidade e da ilegalidade, para além da verdade e da falsidade” (SANTOS, 2007, p. 10). Em conjunto, “estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2007, p. 10), à imagem do que sucedeu durante o período colonial, no qual “a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna” e, neste sentido, “[a] negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2007, p. 10): “Só em Lisboa e Setúbal existem nove “aldeias” de africanos com mais de 2000 pessoas e 20 com mais de mil. As condições de vida são as piores” (MONTEIRO, 1995); “O pequenino Cabo-Verde da Buraca” (FERREIRA, 1991).

Perante tais evidências, a hipótese de contacto passa a ser concebida como *perigo*, dado que os *bairros* são descritos como possível ameaça, espaços de tensão permanente, gradualmente gerados pela pobreza, pelo desenraizamento cultural e pela convivência conflituosa entre as diferentes comunidades étnicas que partilham o espaço. Este discurso contribuiu para a proliferação de uma narrativa que não só constrói o *outro* (o *estrangeiro*) no desvio, mas também como potencial ameaça à ordem pública e ao bem-estar social, acabando por responsabilizá-lo, mesmo que indirectamente, pela sua condição de excluído:

Realidade que atravessa muitos outros bairros, agravada quando o realojamento introduz diferentes comunidades étnicas – ciganos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, timorenses e até tanzanianos e indianos [...]. Terreno de conflitualidade ora latente ora expressa, estas minorias juntam aos antagonismos comuns a especificidade do seu desenraizamento cultural (DIONÍSIO, 1991).

Não obstante, a grande maioria dos artigos e peças jornalísticas depreessa assinalem os fenómenos de marginalização económica ou de discriminação racial impostos sobre os moradores dos bairros. Votados a um racismo obtuso e a uma carência extrema, não seria de excluir a possibilidade de que se revoltassem. No entanto, numa sociedade que se quer apartada da discussão racial, este discurso reverberaria de outra forma, acabando por reificar a ideia de uma perigosidade individualizada:

Concentradas nestas ilhas e discriminadas económica e socialmente, as minorias desenvolvem no seu seio problemas de perda de identidade, sobretudo

nos jovens, e defrontam-se com dificuldades crescentes no relacionamento com o resto da população. Uma parte significativa dos portugueses brancos olha-as de lado e começam a surgir manifestações de xenofobia e de racismo aberto [...]. [O] sentimento de rejeição com origem racial pode transformar-se num rastilho, sobretudo para os jovens (CEREJO, 1993a).

É também por esta altura que começa a difundir-se a ideia de que a referida *marginalidade* (MARCELINO, 1995) parece relacionar-se essencialmente com uma *segunda geração de imigrantes*, jovens portugueses negros, portanto – embora muitos não tenham acesso à nacionalidade⁷ –, que começam a ser caracterizados pelos media como desordeiros e violentos, significando um perigo *racializado* para a cidade. Este imaginário de criminalização perduraria até aos dias de hoje.

Os bandos harlemianos das grandes metrópoles, dos EUA à Europa, entrincheirados na violência como um fim em si mesma – zulus e feujis, blacks e beurs, gaulois e cailleras – ainda não amedrontam a pacata Lisboa, apesar dessas sextas feiras redentoras em que descem à cidade, ostentando uma transgressão que a maior parte das vezes não passa de arruaça verbal (DIONÍSIO, 1991).

Na esteira do trabalho de S. Sayyid (2004), denota-se que este processo contribui para a perpetuação de uma distinção ontológica entre *imigrante* e *sociedade de acolhimento*, perpetuada no discurso sobre aqueles que já nasceram em Portugal. Este mesmo discurso, a que Sayyid apelidou de *imaginário migrante* (2004), descreve e critica os discursos assimilacionistas sobre a imigração, segundo os quais o caminho para a *integração na sociedade de acolhimento* aconteceria por fases, materializadas na ideia de “gerações” (SAYYD, 2004), adiando sistematicamente a admissão da heterogeneidade da nação. Maioritariamente criminalizadas, as experiências dos imigrantes são também exotificadas ou banalizadas, o que contribuiu para esvaziar o “outro” de qualquer particularidade, restando por isso mesmo enfatizar a sua genética ou cor de pele (SAYYD, 2004). Este processo implica igualmente que aquele que é *eticamente não-marcado* sirva como referencial estrutural de comparação e normalidade:

Ambas as formas de apropriar o imigrante, independentemente da sua oposição superficial, são baseadas na assunção que aqueles que são etnicamente não-marcados provenham a norma através da qual o imigrante vai ser julgado. Os etnicamente não-marcados representam a humanidade, por excelência (SAYYID, 2004, p. 151).

A presença de um discurso racializado por meio do qual as minorias étnicas são “dirigidas” e nas quais o seu carácter de estrangeiro é domesticado e

7 Cf. Lei da Nacionalidade, Governo de Portugal. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=614&tabela=leis>. Acesso em: 13 abr. 2016.

não erradicado, procuram regular e disciplinar – neste discurso – a identidade dos imigrantes (SAYYID, 2004). Além do mais, são estas características da diferença como distância, e posteriormente como perigo, que parecem justificar a necessidade de policiamento, de *cercar os guetos* por forma a que possam ser controlados: “O ministro da Administração Interna mandou o corpo de intervenção patrulhar certos bairros de Lisboa e Porto, para tranquilizar a população e os dirigentes autárquicos. Afinal, há mesmo guetos, mas até os polícias duvidam desta solução” (PEREIRA, 1998).

É na senda deste imaginário que os bairros aparecem como ilhas étnicas, espaços de pobreza e imigração, associados ao desvio, à tensão, à violência, à criminalidade, à doença e à ilegalidade, uma espécie de *corpos urbanos poluídos* que, *sem que ninguém se apercebesse*, à margem e descontinuados, sitiaram e agora ameaçavam a cidade de Lisboa.

É neste contexto que, pelo final da década de 1990, e com a materialização do Programa PER, os bairros de realojamento começam a ser constituídos na continuidade da exclusão que caracterizava os bairros autoconstruídos. Através da construção de grandes edifícios para realojar as populações, começa a questionar-se a validade do Programa, nomeadamente se o mesmo terá capacidade de cumprir o que prometia – “Transformar os guetos em bairros” (CIDRAIS, 1995) – leia-se a capacidade de interromper os processos de exclusão social e não a de simplesmente descontinuar espacialmente esses mesmos processos. Embora a crítica prevalecesse, associadas ao processo de realojamento reportam-se também situações de indignação dos que passavam agora a ser vizinhos destes bairros, que por esta altura ameaçavam organizar protestos e milícias urbanas contra os habitantes dos bairros sociais, então nas imediações dos seus, que alegavam ter trazido consigo um aumento da criminalidade, associada, uma vez mais, à *dita* segunda geração:

É um caso de “melting pot” à portuguesa: os moradores de um bairro de classe média-alta dizem-se ameaçados na tranquilidade e segurança; os “realojados” sentem-se defraudados ante as expectativas que lhes foram criadas” (MARCELINO, 1995).

Posteriormente, já na década de 2000, começam a surgir notícias sobre a delonga na concretização do realojamento, sublinhando uma espera que se fez sentir até aos dias de hoje. No entanto, em algumas das notícias, essa mesma espera não deixa de ser de certa forma justificada, pelas vozes das autarquias, que se escudam na complexidade que encerra todo este processo, sublinhando o seu empenho: “A limpeza do bairro das Marianas, em Carcavelos, e de outras zonas problemáticas socialmente tem sido uma prioridade do plano de realojamento” (CARVALHO, 2004).

Por último surgem ainda notícias sobre a materialização do Programa, nas quais se reporta que alguns dos moradores dos bairros agora demolidos, por diferentes motivos, não estariam abrangidos pelo PER e que, como tal, não teriam qualquer direito a realojamento (CONTUMÉLIAS, 2004). Esta realidade seria repetidamente notícia, em particular, a propósito da aplicação do PER no Bairro da Quinta do Mocho (ALEMÃO, 2000), na Azinhaga dos Besouros (HENRIQUES, 2006) e no Casal de Santa Filomena (ROPIO, 2012).

Denote-se que embora no decorrer deste processo muitos artigos tenham assinalado o processo de resistência dos moradores, muitos houve que revisitariam o imaginário já subjacente a estes espaços:

Um cheiro a haxixe queimado impregna o ar. Casas abarracadas de várias cores e com *grafittis* de “intervenção” povoam a encosta onde se planta uma das “favelas” da cintura de Lisboa, o bairro cabo-verdiano de Santa Filomena, no concelho da Amadora (COELHO, 2012).

Com o decorrer dos anos e à medida que muitos dos bairros de autoconstrução deram lugar a bairros de realojamento, os jornais continuaram portanto a discorrer sobre estes espaços e, embora alguma da semântica tenha sido alterada, os sentidos discursivos parecem ter permanecido. Estes espaços periféricos inscrevem-se agora no imaginário português como “problemáticos” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2005) ou “críticos”, contudo insistindo na sua criminalização, e na sua descontinuidade em relação ao restante tecido urbano:

Entrar não é fácil. O Santa Filomena, na Amadora, choca logo ao primeiro olhar [...]. Os arruamentos estão ao deus-dará, escondem becos sem saída e as casas pouco mais são do que barracas, uma imagem que estará mais próxima da realidade dos arredores da capital nos anos 70 (VARELA, 2009).

Mais tarde passariam também a ser descritos como zonas sensíveis ou perigosas (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2009), uma vez que, numa cumplicidade muitas vezes promíscua com as autoridades, os media parecem cada vez mais adoptar a sua semântica e perspectiva, onde discursos racializados sobre imigração e crime se cruzam uma vez mais. Como consequência, os *bairros* onde habitam pessoas maioritariamente de “origem africana” ou “ascendência africana” são apelidados de “bairros de pólvora”, onde a polícia tem receio de entrar (GRAÇA, 2015), legitimando, de certa forma, qualquer acção que aí decorra a partir de então:

Crime vem do Estrangeiro. Mário Mendes diz que “não temos um problema com a imigração”, até porque não gosta de “colar rótulos”, mas reconhece que “parte significativa da criminalidade violenta é cometida por cidadãos estrangeiros (CORREIO DA MANHÃ, 2009).

A rápida reacção policial não foi suficiente para deter suspeitos que, após os disparos, se infiltraram no labiríntico bairro de Santa Filomena. Este aglomerado de casas ilegais, habitado por uma população maioritariamente africana, ficou várias horas cercado pelo Corpo de Intervenção da PSP [...] (LIMA, 2009).

Emboscadas, agressões e apedrejamentos constantes. Incidentes deste tipo fazem parte da rotina da PSP em vários bairros sociais da Grande Lisboa, alguns de génese ilegal. [...] Com cerca de 18 hectares e mais de quatro mil moradores, a maioria de origem africana, este bairro ilegal com vista para o IC19 continua a ser um problema para a Polícia (GRAÇA, 2015).

Conclusão

Uma releitura atenta das notícias que inauguraram o reconhecimento da periferia em Portugal, e em particular na cidade de Lisboa, parece deixar transparecer a proliferação de um discurso essencializador e racializado sobre os bairros autoconstruídos e de realojamento, localizados nas franjas da cidade. Este discurso coloca sempre o ónus da prova nos moradores, que parecem ter de provar *ad eternum* a sua inocência e reafirmar, a cada agressão, a cada protesto, a sua humanidade. Entende-se, como tal, que este processo de *racialização do espaço* corresponde a um processo social hegemónico que fixa uma relação entre o espaço e os corpos que nele habitam, a partir de um imaginário racial e opositivo, que contribui para a manutenção do corpo como “uma entidade discreta” (HESSE, 2007, p. 645), um repositório das relações de poder. Este processo obedece a um conjunto de dispositivos narrativos profundamente enraizados numa leitura eurocêntrica da história (colonial). E, como tal, os discursos mediáticos são o testemunho de processos de racialização contemporâneos mais amplos, que prevalecem no seio da modernidade ocidental através de “hierarquias estabelecidas a partir do corpo”, sejam elas “biológicas, higiénicas, culturais ou ambientais” (GOLDBERG, 1993a, p. 54). A conceptualização da ideia de *Europeidade* – essencial à formulação do racial durante o período colonial – “não só se constituiu a si mesma, como designou o que seria a não-Europeidade de forma discursiva, material e extra-corporal” (HESSE, 2007, p. 646, tradução nossa). Esta “biologização do colonialismo”, consolidada a partir da distinção e territorialização das noções de *Europeidade/não-Europeidade* (HESSE, 2007, p. 646) concorreu para a constituição do ‘outro colonial’ a partir de noções de distância e separação (HESSE, 2007, p. 648), assentes na negação da sua contemporaneidade/*coevidade* (FABIAN, 2002) e através do seu apartamento no espaço, consolidando a ideia de “diferença colonial”, posteriormente “traduzida como raça” (HESSE, 2007, p. 649).

Perseverantes, estas oposições alocaram-se definitivamente nos corpos dos *danados da terra*, negando-lhes, segundo Frantz Fanon (1975), a sua condição de Humano através da criação de uma *zona do não ser* – “uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado, onde um autêntico surgir pode ter origem” (FANON, 1975, p. 24). Deste modo, o racismo parece ser essencial à constituição dos *quadros de guerra* de que nos fala Judith Butler, através dos quais algumas vidas são entendidas como “choráveis” – merecedoras de protecção e de solidariedade – enquanto outras há em “que a perda não é perda, permanecendo não choráveis” (BUTLER, 2009, p. 24). Estas vidas são *precárias* e, como tal, expostas de forma diferenciada a “danos, violência e morte” (BUTLER, 2010, p. 25). É neste sentido que se entende que o discurso mediático, ao reproduzir uma tensão ontológica e permanente entre determinadas noções de centro e periferia, tem contribuído para um processo de *racialização cultural*, “marcando a ‘Europeidade’ como civilizada/ superior/progressiva e a ‘não-Europeidade’ como a sua antítese” (HESSE, 2007, p. 656). Não se limitando a reificar esta tensão que constituiu dois espaços aparentemente incomensuráveis,

o enquadramento mediático sistemático do *bairro* como o *corpo racializado e poluído* da cidade – e no limite, da nação – parece desumanizar todos os que nele habitam, contribuindo para naturalizar e legitimar, desta forma, o exercício de *governamentalidades racializadas*⁸ no Portugal contemporâneo, perante os olhos indiferentes do leitor.

Referências

- AGIER, Michel. **Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government**. Cambridge e Malden: Polity Press, 2011.
- ALEMÃO, Samuel. Vêm aí um “exército de sem abrigo”. **Público**, 23 de Abril de 2000.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia R. Maeso. Explorando o Eurocentrismo nos manuais escolares de História Portugueses. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 239-270, jan. 2010.
- BERNASCONI, Robert. The Ghetto and Race. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (Eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell, 2002. p. 340-347.
- BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?**. London & New York: Verso, 2009. p. 1-62.
- CACHADO, Rita. **Uma Etnografia na Cidade Alargada**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2012.
- CAPITAL [A]. **Cavaco quer acabar com barracas em Lisboa e Porto**, 9 de Março de 1993.
- CARVALHO, Rita. Dois anos à espera de casa nova. **Diário de Notícias**, 19 de Junho de 2004.
- CASTELO, Carla. Reportagem Os Desalojados de Camarate. **SIC**. 1993. Disponível em: <<http://www.anmp.pt/index.php/comunicacao/407>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CEREJO, José A. Minorias Étnicas na Grande Lisboa. Um barril de pólvora. **Público**, 13 de Novembro de 1993a.
- _____. Casas só para portugueses. **Público**, 27 de Janeiro de 1993b.
- CIDRAIS, Álvaro. Transformar os guetos em bairros. Opinião. **Público**, 21 de Agosto de 1995.
- COELHO, Rute. O Bairro onde a PSP é “Non-grata”. **Diário de Notícias**, 10 de Dezembro de 2012.
- CONTUMÉLIAS, Mário. O plano de realojamento. **Jornal de Notícias**, 4 de Fevereiro de 2004.
- CORREIO DA MANHÃ. **Secreta espia bairros perigosos**, 5 de Setembro de 2009.
- COSTA, António. Sem casa, com Pilatos. Opinião. **Público**, 26 de Janeiro de 1993.
- DIONÍSIO, José Amaro. A banda Periferia de Lisboa. **Público**, 3 de Maio de 1991.
- DÍÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Carteiro dos Cabo-verdianos**, 28 de Janeiro de 1996.

8 A governamentalidade racializada é “caracterizada pela rotinização social e institucionalização de regulamentos e procedimentos administrativos de poder (isto é, leis, regras, políticas, disciplina, preceitos) exercidos por assemblagens [*assemblages*] europeizadas (brancas) sobre assemblagens [*assemblages*] não europeizadas (não brancas) como se fosse uma normal, inviolável ou natural disposição racial. É governamental uma vez que se relaciona com lógicas regulatórias e administrativas: avaliando, determinando e controlando critérios de admissão a concepções ‘Europeias’ de humanidade e, ao mesmo tempo, reificando lacunas percebidas numa óptica colonial no outro, não-europeu, simbolizado pelas ditas, mas impostas, diferenças raciais atribuídas” (HESSE, 2007, p. 656-657, tradução nossa).

- DUSSEL, Enrique. Eurocentrism and Modernity. **The Postmodernism Debate in Latin America**, v. 20, n. 3, p. 65-76, 1993.
- DU BOIS, William Edward B. **The Philadelphia Negro: A Social Study**. New York: Schocken Books, 1967 [1889].
- ESSED, Philomena. Everyday Racism. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 202-216.
- EUROPEAN MONITORING CENTRE ON RACISM AND XENOFobia - EUMC. **National Analytical Study on Housing, Númena, RAXEN Focal Point in Portugal**. Luxemburgo: EUMC, 2003.
- FABIAN, Johannes. **Time and the other: how anthropology makes its object**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983.
- FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras Brancas**. Lisboa: Paisagem, 1975.
- FERREIRA, Nuno. Os Africanos em Portugal. **Público**, 19 de Maio de 1991.
- GRAÇA, Sónia. Bairros de Pólvora. **Sol**, 22 de Agosto de 2015.
- GOLDBERG, David Theo. **Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 1993a. p. 185-202.
- _____. Polluting the Body Politic. In: CROSS, Malcom; KEITH, Michael (eds.). **Racism, the City and the State**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1993b. p. 45-59.
- GOMES, Catarina. Rezar no meio dos bairros. **Público**, 29 de Junho de 1993.
- HARVEY, David. **Géographie et Capital**. Vers un matérialisme histórico-géographique. Paris: Syllepse, 2010.
- HENRIQUES, João P. Providência cautelar suspende demolições na Azinhaga dos Besouros. **Público**, 6 de Fevereiro de 2006.
- HESSE, Barnor. Racialized modernity: An analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007.
- _____. Im/plausible deniability: racism's conceptual double bind. **Social Identities**, v. 10, n. 1, p. 9-29, 2004.
- HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2008.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. **PSP classifica 36 bairros de Lisboa como perigosos**, 9 de Março de 2009.
- _____. **Bairros problemáticos da Grande Lisboa**, 19 de Fevereiro de 2005.
- KEITH, Michael. The Mirage at the Heart of the Myth? Thinking about the White City. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (eds.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Massachusetts e Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 323-339.
- LIMA, Luís. PSP montou caça ao homem no Bairro de Santa Filomena. **Diário de Notícias**, 6 de Julho de 2009.
- MALHEIROS, Jorge M.; FONSECA, Lucinda. **Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2011.
- MARCELINO, Valentina. Longe do Paraíso. **Expresso**, 16 de Janeiro de 1995.
- MIGUEL, João. As nove mil chagas de Lisboa. **Público**, 16 de Outubro de 1993.
- MONTEIRO, Luís. Africanos vivem em barracas. **Público**, 29 de Julho de 1995.
- NEVES, Céu; FONSECA, João P. A casa não está arrumada. **Diário de Notícias**, 5 de Março de 1993.
- NUNES, Luís. Abriu a caça ao imigrante clandestino. **Público**, 7 de Maio de 1993.
- PAIXÃO, Guilherme. Barracas vão subsistir muito para além do ano 2000. **Público**, 25 de Maio de 1996.
- PEREIRA, Rui. Cerco aos Guetos. **Expresso**, 31 de Janeiro de 1998.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Decreto-Lei nº 163/93, de 7

de Maio. Cria o Programa Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com o objectivo de erradicar as barracas existentes nos municípios destas duas áreas metropolitanas, definindo, para esse fim, os deveres e procedimentos dos municípios aderentes ao programa. fixa as comparticipações financeiras e a sucessão de empréstimos por parte do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto Nacional de Habitação (INH), respectivamente. Estabelece as condições gerais de aplicação do programa por parte dos seus intervenientes: IGAPHE, INH, autarquias locais e também instituições particulares de solidariedade social localizadas nas áreas metropolitanas referidas. **Diário da República**, n.º 106/1993, Série I-A de 1993-07-07.

_____. Assembleia da República. Aprova a Lei da Nacionalidade. **Diário da República**, n.º 228/1981, Série I de 1981-10-03.

PÚBLICO. **Legalização, Racismo e “Gangs”**, 27 de Dezembro de 1993a.

_____. **Problema habitacional é preocupação prioritária**, 2 de Abril de 1993b.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SAYYID, Salman. Slippery people: the immigrant imaginary and the grammar of colours. In: LAW, Ian; PHILLIPS, Deborah; TURNEY, Laura (eds.). **Institutional Racism in Higher Education**. Stoke on Trent: Trentham Books, 2004.

SMITH, Susan. Residential Segregation and the Politics of Racialization. In: CROSS, Malcom; KEITH, Michael (eds.). **Racism, the City and the State**. Londres e Nova York: Routledge, 1993. p. 128-143.

ROPIO, Miguel. Despejados de Santa Filomena passam mais uma noite na rua. **Jornal de Notícias**, 20 de Novembro de 2012.

STOLER, Ann Laura. Introduction. “The Rot Remains”: From Ruins to Ruination. In: **Imperial Debris: On Ruins and Ruination**. Durham and London: Duke University Press, 2008. p. 1-38

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

VAN DIJK, Teun. Discourse, Power and Access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (eds.). **Texts and Practices**. Readings in Critical Discourse Analysis. Londres: Routledge, 1996. p. 84-104.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **On the Lusophone postcolony: ‘culture’, ‘race’, ‘language’**. New Brunswick, NJ: Rutgers University, Dept. of Spanish and Portuguese Studies, April 2006.

VARELA, Carlos. Gangues armas e violência. **Jornal de Notícias**, 14 de Dezembro de 2009.

WACQUANT, Loïc. **Urban Outcasts**. A comparative Sociology of Advanced Marginality. Cambridge e Malden: Polity Press, 2008.

Recebido em 25/04/2016

Aceito em 17/08/2016